

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

30 de junho de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais do Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 26 de agosto de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Eduardo Wellichen', is written over the printed name and title. The signature is fluid and cursive, with a long, sweeping tail that extends downwards and to the right.

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO	Nota	2019	2018
Circulante		1.152.774	1.340.192	Circulante		943.972	1.145.946
Disponibilidades	4	1.215	7.279	Depósitos	14.a	367.646	275.675
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	701.366	804.149	Depósitos à vista		8.693	6.772
Aplicações em operações compromissadas		701.114	804.149	Depósitos a prazo		358.953	268.903
Aplicações em depósitos interfinanceiros		252	-	Captações no Mercado Aberto	14.b	61.569	91.129
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		226.019	125.606	Carteira própria		61.569	80.646
Carteira própria	6.a	83.334	37.783	Carteira livre movimentação		-	10.483
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	14.715	9.591	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	177.824	190.169
Vinculados à prestação de garantias	6.a	98.343	46.687	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		22.305	31.089
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	29.627	31.545	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		45.800	127.470
Relações Interfinanceiras		246	565	Obrigações por emissão de letras financeiras		109.719	31.610
Pagamentos e recebimentos a liquidar		4	17	Relações Interfinanceiras		8	25
Créditos vinculados		232	278	Recebimentos e pagamentos a liquidar		8	25
Relações com correspondente		10	270	Relações Interdependências		26	179
Operações de Crédito		61.540	132.275	Recursos em trânsito de terceiros		26	179
Operações de crédito		61.540	132.275	Obrigações por Empréstimos e Repasses		196.834	488.284
Sector privado	9.a	84.015	144.155	Empréstimos no exterior	14.e	196.834	488.284
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(22.475)	(11.880)	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	22.672	9.060
Outros Créditos		114.752	249.528	Instrumentos financeiros derivativos		22.672	9.060
Créditos por avais e fianças honrados	9.a e .c	12.850	12.930	Outras Obrigações		117.393	91.425
Carteira de câmbio	10	97.091	176.304	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		44	45
Rendas a receber	12	747	12.162	Carteira de câmbio	10	16.572	60.343
Negociação e intermediação de valores		-	2.343	Fiscais e previdenciárias	15.a	17.558	23.443
Diversos	11	24.040	54.327	Negociação e intermediação de valores		2.193	2.123
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.a	(19.976)	(8.538)	Diversas	15.b	81.026	5.471
Outros Valores e Bens		47.636	20.790	Realizável a Longo Prazo		171.119	340.004
Bens não de uso	13	47.233	20.317	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	11.405	10.757
Despesas antecipadas		403	473	Aplicações em depósitos interfinanceiros		11.405	10.757
Realizável a Longo Prazo		282.327	598.594	Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		140.672	399.610
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	11.405	10.757	Carteira própria	6.a	6.063	188.271
Aplicações em depósitos interfinanceiros		11.405	10.757	Vinculados a compromissos de recompra	6.a	44.372	66.354
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		140.672	399.610	Vinculados à prestação de garantias	6.a	1.761	89.309
Carteira própria	6.a	6.063	188.271	Instrumentos financeiros derivativos	7.a	88.476	55.676
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	44.372	66.354	Operações de Crédito		82.863	130.411
Vinculados à prestação de garantias	6.a	1.761	89.309	Operações de crédito		82.863	130.411
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	88.476	55.676	Sector privado	9.a	83.494	139.893
Operações de Crédito		82.863	130.411	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(631)	(9.482)
Operações de crédito		82.863	130.411	Outros Créditos		47.387	57.816
Sector privado	9.a	83.494	139.893	Carteira de câmbio	10	-	6.409
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.a	(631)	(9.482)	Diversos	11	59.845	66.714
Outros Créditos		47.387	57.816	(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.a	(12.458)	(15.307)
Carteira de câmbio	10	-	6.409	Permanente		2.398	2.849
Diversos	11	59.845	66.714	Investimentos		1	1
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.a	(12.458)	(15.307)	Outros investimentos	3	3	3
Permanente		2.398	2.849	Provisão para perdas		(2)	(2)
Investimentos		1	1	Imobilizado de Uso		2.298	2.671
Outros investimentos	3	3	3	Outras imobilizações de uso		5.912	5.801
Provisão para perdas		(2)	(2)	Depreciações acumuladas		(3.614)	(3.130)
Imobilizado de Uso		2.298	2.671	Intangível		99	177
Outras imobilizações de uso		5.912	5.801	Outros ativos intangíveis		5.162	5.162
Depreciações acumuladas		(3.614)	(3.130)	Amortizações acumuladas		(5.063)	(4.985)
Intangível		99	177	Total do Ativo		1.437.499	1.941.635
Outros ativos intangíveis		5.162	5.162	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.437.499	1.941.635
Amortizações acumuladas		(5.063)	(4.985)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas da Intermediação Financeira		68.363	133.294
Operações de crédito		10.237	16.476
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		36.921	41.079
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	20.130	50.418
Resultado de operações de câmbio		1.075	25.321
Despesas da Intermediação Financeira		(42.768)	(108.442)
Operações de captações no mercado		(24.803)	(25.388)
Operações de empréstimos e repasses		(20.927)	(71.275)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	2.962	(11.779)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		25.595	24.852
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(22.652)	(10.329)
Receitas de prestação de serviços	21	2.367	15.745
Despesas de pessoal		(12.441)	(12.061)
Outras despesas administrativas	22	(10.420)	(11.140)
Despesas tributárias	23	(1.551)	(3.425)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(607)	552
Resultado Operacional		2.943	14.523
Resultado Não Operacional		42	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		2.985	14.523
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	(370)	(6.701)
Provisão para imposto de renda		(416)	(3.362)
Provisão para contribuição social		(258)	(2.790)
Ativo (passivo) fiscal diferido		304	(549)
Lucro Líquido dos semestres		2.615	7.822
Lucro líquido atribuído à participação dos acionistas controladores		2.615	5.977
Lucro líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores		-	1.845
Lucro líquido por ação no final dos semestres (R\$)		0,09	0,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Redução de capital	Reserva de Lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros acumulados	Participação dos não controladores	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros				
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	400.000	-	802	14.444	(2.693)	-	70.104	482.657
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(3.984)	-	-	(3.984)
Lucro líquido do semestre atribuído ao Controlador	-	-	-	-	-	5.977	-	5.977
Lucro líquido do semestre atribuído ao Não Controlador	-	-	-	-	-	-	1.845	1.845
Destinações:								
Constituição de reservas (nota nº 18.c)	-	-	299	5.678	-	(5.977)	-	-
Pagamento de dividendos (nota nº 18.b)	-	-	-	(14.444)	-	-	(16.739)	(31.183)
Saldos em 30 de Junho de 2018	400.000	-	1.101	5.678	(6.677)	-	55.210	455.312
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	400.000	-	1.332	3.728	(6.641)	-	-	398.419
Redução de capital (nota nº 18.a)	-	(76.272)	-	-	-	-	-	(76.272)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	1.215	-	-	1.215
Lucro líquido do semestre atribuído ao Controlador	-	-	-	-	-	2.615	-	2.615
Destinações:								
Constituição/reversão de reservas (nota nº 18.c)	-	-	131	2.484	-	(2.615)	-	-
Pagamento de dividendos (nota nº 18.b)	-	-	-	(3.728)	-	-	-	(3.728)
Saldos em 30 de Junho de 2019	400.000	(76.272)	1.463	2.484	(5.426)	-	-	322.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro líquido ajustado nos semestres		801	8.701
Lucro líquido dos semestres		2.615	7.822
Ajustes ao lucro líquido:		(1.814)	879
Depreciações e amortizações	22	339	424
Reversão de passivo fiscal diferido		(504)	-
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.a. b	7	339
Provisão/(Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(4.626)	5.949
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	1.664	5.830
Provisão para impostos e contribuições diferidos		200	549
Comissão a receber		-	(11.573)
Reversão de provisão para desvalorização de títulos livres	24.a	-	(67)
Baixa de ativo permanente		(28)	-
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	24.b	1.134	(572)
Variações dos Ativos e Obrigações		(259.236)	615.448
Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		3.089	(15.222)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		16.928	401.744
Redução em operações de crédito		92.028	53.148
Redução (Aumento) em outros créditos		346.298	(60.865)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(25.452)	32
(Redução) Aumento em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		(74)	199
Redução em depósitos		(46.818)	(76.787)
(Redução) Aumento em captação no mercado aberto		(5.414)	3.114
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(41.299)	108.824
Redução em outras obrigações		(309.792)	(4.038)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(288.517)	205.370
Redução em resultados de exercícios futuros		(213)	(71)
Fluxo de Caixa (aplicados) Oriundos das Atividades Operacionais		(258.435)	624.149
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Alienação de imobilizado de uso		87	-
Aplicações no imobilizado de uso		(267)	(338)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(180)	(338)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Juros sobre o capital próprio pago		(6.350)	-
Dividendos pagos		(3.728)	(37.963)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(10.078)	(37.963)
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(268.693)	585.848
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		971.274	221.115
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	4	702.581	806.963
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(268.693)	585.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de valores e Câmbio S.A. (Corretora).

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 – 3º andar – São Paulo – SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

A CGD Investimentos Corretora de valores e Câmbio S.A. (Corretora) pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, e iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial:

Empresa	Atividade	Percentual Banco	Consolidado Prudencial
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Líder	Líder
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.	Instituição Financeira	100%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial incluem estimativas

e premissas revisadas periodicamente pelo Conglomerado, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC , às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Conglomerado.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 30 de agosto de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do semestre. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre.

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independentemente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre.
- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos do Conglomerado, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco

de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Conglomerado no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

i) Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Os ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento.

j) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% (20% até 2018) do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

l) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Conglomerado revisa as estimativas e premissas periodicamente.

m) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o semestre, excluindo as

ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	1.215	7.279
Aplicações em operações compromissadas (nota explicativa nº 5)	<u>701.366</u>	<u>799.684</u>
Total	<u><u>702.581</u></u>	<u><u>806.963</u></u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>2019</u>			<u>2018</u>			
	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	252	11.405	11.657	-	-	10.757	10.757
Aplicações em operações compromissadas	<u>701.114</u>	-	<u>701.114</u>	<u>799.684</u>	<u>4.465</u>	-	<u>804.149</u>
Total	<u><u>701.366</u></u>	<u><u>11.405</u></u>	<u><u>712.771</u></u>	<u><u>799.684</u></u>	<u><u>4.465</u></u>	<u><u>10.757</u></u>	<u><u>814.906</u></u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$701.114 (R\$804.149 em 2018), apresentam taxas ao ano de 6,37% (6,40% a 6,41% em 2018).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 30 de junho de 2019 e de 2018

	2019		2018	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira Livre</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	75.202	75.212	6.095	6.099
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	35.982	36.625
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	4.613	4.630	129.458	127.690
Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI)	922	930	-	-
Fundos de Investimento - FICFIM	1.017	1.017	-	-
Bonds	8.593	102	8.876	950
Debêntures	7.927	7.506	56.706	54.690
Total de carteira própria	<u>98.274</u>	<u>89.397</u>	<u>237.117</u>	<u>226.054</u>
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	20.469	20.676
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.304	1.304	-	-
Debêntures	57.977	57.783	55.219	55.269
Total de vinculados a compromissos de recompra	<u>59.281</u>	<u>59.087</u>	<u>75.688</u>	<u>75.945</u>
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	81.087	81.074	28.830	28.827
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	3.740	3.798
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F	3.863	4.033	90.749	89.310
Fundos de Investimento - FILCB	14.997	14.997	14.061	14.061
Total de vinculados à prestação de garantias	<u>99.947</u>	<u>100.104</u>	<u>137.380</u>	<u>135.996</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>257.502</u>	<u>248.588</u>	<u>450.185</u>	<u>437.995</u>

b) Composição da carteira em 30 de junho de 2019 e de 2018 por classificação e por prazo:

	2019		2018	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação:</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)				
De 3 a 12 meses	89.758	89.742	3.736	3.736
De 1 a 3 anos	32.459	32.455	25.094	25.091
Acima de 3 anos	35.375	35.392	6.095	6.099
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B				
De 3 a 12 meses	-	-	7.278	7.402
De 1 a 3 anos	1.659	1.730	-	-
Acima de 3 anos	5.120	5.172	-	-
Total de títulos públicos	<u>164.371</u>	<u>164.491</u>	<u>42.203</u>	<u>42.328</u>
<u>Títulos privados</u>				
Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI)				
De 1 a 3 anos	921	930	-	-
Cotas de Fundo de Investimento (*)				
Sem vencimento	16.015	16.015	14.061	14.061
Debêntures				
Acima de 3 anos	-	-	10.625	10.449
Total de títulos privados	<u>16.936</u>	<u>16.945</u>	<u>24.686</u>	<u>24.510</u>
Total de títulos para negociação	<u>181.307</u>	<u>181.436</u>	<u>66.889</u>	<u>66.838</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)				
De 3 a 12 meses	-	-	5.611	5.698
De 1 a 3 anos	-	-	54.580	55.401
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	-	-	2.013	2.025
De 1 a 3 anos	999	1.039	210.916	207.573
Acima de 3 anos	699	722	-	-
Total de títulos públicos	<u>1.698</u>	<u>1.761</u>	<u>273.120</u>	<u>270.697</u>
<u>Títulos privados</u>				
Bonds				
Acima de 3 anos	8.593	102	8.876	950
Debêntures (**)				
De 3 a 12 meses	15.614	14.956	4.158	4.171
De 1 a 3 anos	32.684	33.095	33.314	32.309
Acima de 3 anos	17.606	17.238	63.828	63.030
Total de títulos privados	<u>74.497</u>	<u>65.391</u>	<u>110.176</u>	<u>100.460</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>76.195</u>	<u>67.152</u>	<u>383.296</u>	<u>371.157</u>
Circulante (***)	196.921	196.392	78.671	78.732
Realizável a longo prazo	60.581	52.196	371.514	359.263
Total de títulos e valores mobiliários	<u>257.502</u>	<u>248.588</u>	<u>450.185</u>	<u>437.995</u>

- (*) Em junho de 2019, o montante de R\$ 100.104 (R\$135.996 em 2018) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota explicativa nº 7.f).
- (**) Em junho de 2019, o Banco possui provisão para "impairment" de Debêntures, no montante de R\$13.827 (R\$2.255 em 2018).
- (***) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento".

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$166.252 (R\$313.025 em 2018) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados no montante de R\$66.219 (R\$110.909 em 2018) estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R\$ 16.015, estão custodiadas junto aos administradores dos fundos.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 30 de junho de 2019 e de 2018, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures e dos CRAs emitidos segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário e também taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos.

Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos, Banco Caixa Geral Espanha.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$9.043 (R\$12.139 em 2018). O impacto no patrimônio líquido do Conglomerado foi de R\$(5.426) (R\$6.677 negativo em 2018), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2019			2018		
	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
<i>Swap</i> - diferencial a receber	58.001	57.721	115.722	48.892	36.042	84.934
<i>Swap</i> - diferencial a pagar	(42.940)	(19.868)	(62.808)	(34.966)	(2.118)	(37.084)
Total <i>Swap</i>	15.061	37.853	52.914	13.926	33.924	47.850
<i>NDF</i> - a receber	1.598	783	2.381	1.945	(5)	1.940
<i>NDF</i> - a pagar	77	(332)	(255)	(3.114)	(51)	(3.165)
Total <i>NDF</i>	1.675	451	2.126	(1.169)	(56)	(1.225)
<i>Opções</i> - a receber	-	-	-	730	(383)	347
<i>Opções</i> - a pagar	-	-	-	(896)	(1.016)	(1.912)
Total <i>Opções</i>	-	-	-	(166)	(1.399)	(1.565)
Total	16.736	38.304	55.040	12.591	32.469	45.060

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "swap", "Non-Deliverable Forward – NDF", Futuros e Opções, sendo registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2019					2018				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
"Swap" - posição ativa	39.572	280.405	90.941	185.167	596.085	50.724	253.457	374.918	222.387	901.486
"Swap" - posição passiva	18.316	387.399	4.795	130.754	541.264	1.637	43.881	155.008	216.938	417.464
NDF - posição ativa	25.250	5.000	-	-	30.250	10.500	2.400	-	-	12.900
NDF - posição passiva	12.750	-	-	-	12.750	32.500	654	-	-	33.154
Opções - posição ativa	-	-	-	-	-	-	36.600	-	-	36.600
Opções - posição passiva	-	-	-	-	-	-	16.836	-	-	16.836
Futuros - posição comprada	174.912	331.660	-	-	506.572	1.316.900	246.000	115.500	-	1.678.400
Futuros - posição vendida	124.851	165.221	197.839	50.143	538.054	86.600	246.000	428.500	176.500	937.600
Total	395.651	1.169.685	293.575	366.064	2.224.975	1.498.861	845.828	1.073.926	615.825	4.034.440

c) Composição por indexador

	2019			2018		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de "swap"</u>						
Posição ativa	115.722	-	596.085	84.934	-	901.486
CDI x DÓLAR VENDA	-	-	-	17.363	-	111.015
CDI x IPCA	38.160	-	49.840	15.604	-	49.840
CDI x PRÉ	74.632	-	303.076	48.845	-	407.326
DOLAR VENDA x CDI	104	-	5.800	-	-	-
DOLAR VENDA x LIBOR	-	-	-	722	-	156.090
DOLAR VENDA x LIBOR 1	-	-	-	196	-	24.673
DOLAR x LIBOR 6M	506	-	152.542	2.204	-	152.542
IPCA x CDI	22	-	4.073	-	-	-
LIBOR x DÓLAR VENDA	2.298	-	80.754	-	-	-
Posição passiva	-	(62.808)	541.264	-	(37.084)	417.464
CDI x DÓLAR VENDA	-	(420)	14.975	-	-	-
DOLAR VENDA X CDI	-	-	-	-	(1.824)	9.615
LIBOR x DÓLAR VENDA	-	-	-	-	(22)	128.547
LIBOR 3 x CDI	-	(2.514)	118.236	-	-	-
LIBOR 6 M x DÓLAR VENDA	-	-	-	-	(16.642)	150.000
PRÉ x CDI	-	(1.018)	4.398	-	(734)	10.015
DOLAR VENDA x LIBOR	-	(1.827)	80.754	-	-	-
DOLAR VENDA x LIBOR 3M	-	(404)	118.300	-	-	-
IPCA x CDI	-	(37.871)	54.601	-	(15.384)	55.044
LIBOR x CDI	-	-	-	-	(1.737)	27.543
LIBOR 6 x CDI	-	(18.754)	150.000	-	-	-
CDI x PRÉ	-	-	-	-	(741)	36.700
Total de operações de "swap"	115.722	(62.808)	1.137.349	84.934	(37.084)	1.318.950
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	2.381	-	30.250	1.940	-	12.900
Dólar venda	2.381	-	30.250	1.940	-	12.900
Posição passiva	-	(255)	12.750	-	(3.165)	33.154
Dólar venda	-	(255)	12.750	-	(3.165)	33.154
Total de operações de NDF	2.381	(255)	43.000	1.940	(3.165)	46.054
<u>Operações opções</u>						
Posição dólar vendida	-	-	-	347	(1.912)	53.436
Posição dólar comprada	-	-	-	-	(1.912)	16.836
Total de operações de Opções	-	-	-	347	(1.912)	53.436
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada (*)	392	-	506.572	3.855	-	1.678.400
DDI	291	-	408.164	3.516	-	395.000
DI1	-	-	-	11	-	1.276.500
DOL	87	-	78.638	3	-	2.150
EUR	8	-	13.168	325	-	4.750
IND	6	-	6.602	-	-	-
Posição vendida (*)	-	(792)	538.054	-	(1.511)	937.600
DDI	-	(15)	70.827	-	(870)	137.700
DI1	-	(628)	462.142	-	(506)	781.500
DOL	-	(126)	-	-	(135)	18.400
ISP	-	(23)	5.085	-	-	-
Total de operações de futuros	392	(792)	1.044.626	3.855	(1.511)	2.616.000
Total	118.495	(63.855)	2.224.975	91.076	(43.672)	4.034.440

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2019	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2018
Operações de "swap"	415.988	721.361	1.137.349	558.926	760.024	1.318.950
Operações de NDF	30.250	12.750	43.000	12.900	33.154	46.054
Opções	-	-	-	53.436	-	53.436
Futuros - posição comprada	506.572	-	506.572	1.678.400	-	1.678.400
Futuros - posição vendida	538.054	-	538.054	937.600	-	937.600
Total	1.490.864	734.111	2.224.975	3.241.262	793.178	4.034.440

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Conglomerado e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	2019			2018		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
"swap"	184.552	(166.769)	17.783	119.766	(125.287)	(5.521)
NDF	4.418	(5.560)	(1.142)	3.654	(11.778)	(8.124)
Opções	438	-	438	829	(1.621)	(792)
Futuros	320.985	(317.934)	3.051	461.997	(397.142)	64.855
Total	510.393	(490.263)	20.130	586.246	(535.828)	50.418

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2019 e 2018 tem a seguinte composição:

	2019	2018
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras do Financeira do Tesouro – LFT	81.074	28.827
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	3.798
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	4.033	89.310
Fundo de Investimento	14.997	14.061
Total	100.104	135.996

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 30 de junho de 2019, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$18.911 (R\$ 100.661 em 2018) e vencimentos que variam de agosto de 2019 a junho de 2020 (julho de 2018 a outubro de 2018 em 2018), e visam proteger o Conglomerado das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 2019, é de R\$ 18.861 (R\$ 54.563 em 2018) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$ 178 (despesa de R\$ 126 em 2018).

Em 2018, o valor das captações no exterior era de R\$ 38.782 e estava classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 230.

A efetividade das estruturas do "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2019 e de 2018 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Conglomerado aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Conglomerado.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Conglomerado adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Conglomerado. Em 30 de junho de 2019, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Conglomerado estava exposto era de R\$1.852 (R\$7.974 em 2018).

II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Conglomerado possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Conglomerado visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam

as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Conglomerado. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Conglomerado julgar necessário.

III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Conglomerado definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Conglomerado possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Conglomerado utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br, que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2019 e 2018, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Capital de giro	160.476	275.117
Financiamento – BNDES	6.282	7.966
Financiamento - Fname	751	965
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	<u>167.509</u>	<u>284.048</u>
Confissão de dívida (nota 11)	24.916	24.775
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	80.988	107.975
Créditos para avais e fianças honrados	12.850	12.930
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>286.263</u>	<u>429.728</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.106)	(21.362)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (*)	(32.434)	(23.845)
Total da provisão	<u>(55.540)</u>	<u>(45.207)</u>
Circulante	177.853	259.221
Realizável a longo prazo	108.410	170.507

(*) Em 30 de junho de 2019, o Conglomerado constituiu uma provisão para comissão a receber de fianças, no montante de R\$ 128, registrado na rubrica "provisão para outros créditos de liquidação duvidosa".

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2019	2018
Setor Privado:		
Indústria	186.263	247.554
Comércio	30.550	32.884
Rural	3.992	18.637
Outros	65.458	130.653
Total	286.263	429.728

c) Composição da carteira por vencimento

	2019						Total	2018
	Vencido	A vencer						
		01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias		
Capital de giro	23.754	5.036	32.729	2.504	19.992	76.461	160.476	275.117
Financiamento - BNDES	-	-	-	-	-	6.282	6.282	7.966
Financiamento - Finame	-	-	-	-	-	751	751	965
Confissão de dívida (nota 11)	-	-	-	-	-	24.916	24.916	24.775
Adiantamento sobre contrato de câmbio – ACC (nota 10)	-	10.703	14.578	16.147	39.560	-	80.988	107.975
Créditos para avais e fiança honrados	12.850	-	-	-	-	-	12.850	12.930
Total	36.604	15.739	47.307	18.651	59.552	108.410	286.263	429.728

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de Provisão %	2019				2018		
		Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Vencido	Curso Normal	Provisão
AA	-	-	383	-	-	-	844	-
A	0,50%	-	64.735	323	-	-	84.770	424
B	1,00%	-	81.347	813	-	-	168.253	1.683
C	3,00%	-	42.682	1.280	2.140	-	41.754	1.254
D	10,00%	-	12.772	1.277	2.553	-	35.478	3.548
E	30,00%	21.030	16.677	11.312	7.180	2.724	52.362	16.526
F	50,00%	-	31.063	15.531	-	12.930	30.613	21.772
G	70,00%	12.850	-	8.995	1.284	-	-	-
H	100,00%	2.724	-	2.724	-	-	-	-
Total		36.604	249.659	42.255	13.157	15.654	414.074	45.207

(*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo no início	(58.374)	(33.428)
Provisão constituída	(22.365)	(14.697)
Reversão de provisão	25.327	2.918
Saldo ao final	<u>(55.412)</u>	<u>(45.207)</u>

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No semestre findo em 30 de junho de 2019, houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo através do recebimento de duas séries de debêntures, no valor total de R\$10.087, as quais foram constituídas provisões para a sua totalidade. As receitas serão reconhecidas no resultado a medida do pagamento de juros pela Companhia.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, foram renegociadas 6 (6 em 2018) operações de crédito, no montante total de R\$36.150 (R\$ 41.595 em 2018).

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2019	2018
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	78.892	158.345
Direitos sobre venda de câmbio	16.151	21.057
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9.a)	2.048	3.311
Total	<u>97.091</u>	<u>182.713</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	15.789	21.491
Obrigações por compras de câmbio	79.723	143.516
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota explicativa nº 9.a)	(78.940)	(104.664)
Total	<u>16.572</u>	<u>60.343</u>

A carteira de câmbio, em 30 de junho de 2019, possui prazo médio de até 06 meses. Em 2018, possuía prazo de 6 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Confissão de dívida (nota 9.a)	24.916	24.775
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 17.b)	49.346	55.545
Impostos e contribuições a compensar	3.471	5.084
Depósitos judiciais (nota 16.a)	5.222	34.674
Outros	<u>930</u>	<u>963</u>
Total	<u><u>83.885</u></u>	<u><u>121.041</u></u>
Circulante	24.040	54.327
Realizável a longo prazo	59.845	66.714

12. RENDAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões por garantias prestadas a receber	411	776
Serviços prestados a receber (*)	-	10.998
Outras rendas a receber	<u>336</u>	<u>388</u>
Total	<u><u>747</u></u>	<u><u>12.162</u></u>
Circulante	747	12.162

(*) Referia-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira.

13. OUTROS VALORES E BENS – BENS NÃO DE USO

<u>Imóvel - Localização</u>	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>Principal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>	<u>Principal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	(6.270)	21.618	27.888	(7.571)	20.317
Umirim - CE	5.109	-	5.109	-	-	-
Cascavel - CE	7.413	-	7.413	-	-	-
Aquiraz - CE	13.093	-	13.093	-	-	-
Total	<u><u>53.503</u></u>	<u><u>(6.270)</u></u>	<u><u>47.233</u></u>	<u><u>27.888</u></u>	<u><u>(7.571)</u></u>	<u><u>20.317</u></u>

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento no segundo semestre de 2017 e em maio de 2019.

14. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	2019	2018
Depósitos à vista	8.693	6.772
Depósitos a prazo	402.799	432.500
De 1 a 90 dias	77.353	73.895
De 91 até 360 dias	281.600	195.008
A vencer após 360 dias	43.846	163.597
Total de depósitos	<u>411.492</u>	<u>439.272</u>
Circulante	367.646	275.675
Exigível a longo prazo	43.846	163.597

Os depósitos a prazo com taxas pós-fixadas, no montante de R\$398.647 (R\$429.170 em 2018), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 113% (de 95% a 112% em 2018). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$4.152 (R\$3.330 em 2018), apresentam taxas ao ano que variam de 7,07% a 12,41% (6,25% a 17,44% em 2018).

b) Captações no mercado aberto

	2019		2018
	De 1 a 90 dias	Total	Total
Carteira própria:			
Letras Financeiras do Tesouro- LFT	1.303	1.303	-
Letras do Tesouro Nacional- LTN	-	-	20.531
Debêntures	60.266	60.266	60.115
Carteira livre movimentação			
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	10.483
Total de captações no mercado aberto	<u>61.569</u>	<u>61.569</u>	<u>91.129</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$243.841 (R\$300.841 em 2018) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 89% a 114,5% (85% a 113,5% em 2018). As letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$266, em 2018, apresentam taxas ao ano de 14,7% em 2018.

d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$6.274 (R\$7.954 em 2018) e R\$751 (R\$965 em 2018), respectivamente, com prazo de vencimento de 2022 a 2023.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2019		2018	
	MOEDA	Reais	USD	Reais
Empréstimo no Exterior:				
Grupo Caixa Geral de Depósitos – Objeto de "hedge" (*) (**)	USD	-	10.000	38.782
Grupo Caixa Geral de Depósitos (**)	USD	49.210	116.500	449.502
Grupo Caixa Geral de Depósitos (**)	EUR	1.900		
Total		<u>196.834</u>		<u>488.284</u>

(*) Em 30 de junho de 2018, essa operação era objeto de "hedge", descritos na nota nº 7.g.

(**) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19.b.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	674	790
Impostos e contribuições a recolher	1.069	7.788
Impostos e contribuições diferidos (nota nº 17.c)	20.309	19.863
Total	<u>22.052</u>	<u>28.441</u>
Circulante	17.558	23.443
Exigível a longo prazo	4.494	4.998

b) Diversas

	2019	2018
Valores a pagar a sociedades ligadas (notaS nº 18.a e 19.b)	76.272	2
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.065	10.567
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a e b)	4.179	3.706
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 16.a e b)	2.931	4.007
Provisão para despesas de pessoal	3.248	2.554
Fornecedores a pagar	1.041	1.695
Outras	465	1.220
Total	<u>90.201</u>	<u>23.751</u>
Circulante	81.026	5.471
Exigível a longo prazo	9.175	18.280

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$197.829 (R\$316.084 em 2018) (nota nº 25.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.065 (R\$10.567 em 2018), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2019		2018	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	71.637	-	137.091	-
A	0,50%	65.766	329	64.770	324
B	1,00%	3.831	38	13.108	131
C	3,00%	56.595	1.698	-	-
D	10,00%	-	-	101.115	10.112
Total		197.829	2.065	316.084	10.567

16. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Conglomerado é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio, deduzido da base de cálculo do ano de 2011, na compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, no montante total de R\$2.922 (R\$2.804 em 2018), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2019		2018	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	4.179	4.179	3.706	3.706
Subtotal	4.179	4.179	3.706	3.706
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	-	38	-	2.586
PIS(iii)	-	-	-	408
COFINS(iii)	-	-	-	2.512
Desmutualização(iii)	-	-	-	24.263
Subtotal	-	38	-	29.769
Contingências cíveis:	-	112	-	105
Contingências trabalhistas:	2.931	893	4.007	1.094
Subtotal	2.931	1.005	4.007	1.199
Total	7.110	5.222	7.713	34.674

- (i) O Conglomerado Prudencial está discutindo o recolhimento do ISS sobre garantias e fianças prestadas a clientes relativos aos exercícios de 2012 a 2018 e ao primeiro semestre de 2019, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível. Entretanto, foi constituída provisão no montante de R\$ 4.179 por se tratar de uma obrigação legal prevista na Lei Federal nº 116/2003.
- (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. Até setembro de 2018, o conglomerado prudencial deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro – LFT. Em abril de 2019, foi recebido o valor de R\$ 2.645. Estão depositados no Banco do Brasil S.A., o montante de R\$38 (R\$ 2.586 em 2018). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.
- (iii) Referiam-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS(Lei nº 9.718/98), anos calendários 2008 a 2012, onde questionava a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo, e ao IR/CSLL Desmutualização da Bolsa.

O Conglomerado Prudencial está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 36.447, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

- b) A movimentação das provisões passivas para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2017	3.397	6.278	9.675
Constituição (nota 24.b)	309	125	434
Reversão (nota 24.a)	-	1.006	(1.006)
Atualização	-	(11)	(11)
Pagamento (*)	-	(1.379)	(1.379)
Saldo em 30/06/2018	3.706	4.007	7.713

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2018	3.975	2.524	6.499
Constituição (nota 24.b)	204	930	1.134
Pagamento (*)	-	(523)	(523)
Saldo em 30/06/2019	4.179	2.931	7.110

(*) No semestre findo em 30 de junho de 2019 e de 2018, o Conglomerado Prudencial encerrou 2 processos trabalhista (2 em 2018), através de acordo, no montante de R\$ 523 (R\$ 1.379 em 2018).

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2019 e de 2018 é o seguinte:

		2019					
		Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas		Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis		-	-	-	-	2.931
Possíveis		7.744	4.179	3.390	-	3.305	-
Remotas		181	-	3.353	-	7.114	-
Total		7.925	4.179	6.743	-	13.350	2.931
Quantidade		7		18		13	

		2018					
		Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas		Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis		-	-	-	-	4.007
Possíveis		6.510	3.706	7.928	-	4.440	-
Remotas		3.213	-	6.055	-	6.108	-
Total		9.723	3.706	13.983	-	14.555	4.007
Quantidade		10		24		20	

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	2.985	14.523
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (25% e 20% em 2018)	(1.194)	(6.535)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	27	(510)
Despesas com gratificações e benefícios	(25)	(34)
Operação de Crédito Desconto Concedido	-	(575)
Mtm de TVM e derivativos	(4)	(624)
Reversão de Provisões para Contingência Trabalhista	92	943
Outros	(36)	(220)
Prej Fiscal e base Neg utilizada (30% do lucro)	293	344
Reversão de passivo fiscal diferido	504	-
Resultado de imposto de renda e da contribuição social dos semestres	(370)	(6.701)

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Conglomerado mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$49.346 (R\$55.545 em 2018), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	27.755	30.927
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	826	4.755
Provisão para outros valores e bens imóveis	2.508	3.407
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	8.091	6.115
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	3.857	6.256
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	84	4
Provisão para contingências fiscais	1.671	1.482
Provisão para contingências trabalhistas	959	77
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	3.587	2.514
Outros	8	8
Total	49.346	55.545

c) Composição de obrigações diferidas

	2019	2018
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(15.575)	(14.072)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(240)	(793)
Outros impostos diferidos (escrow) (a)	(4.494)	(4.998)
Total de obrigações diferidas	<u>(20.309)</u>	<u>(19.863)</u>

(a) Em 30 de junho de 2019, o conglomerado prudencial possui passivos diferidos de R\$ 4.494 (R\$ 4.998 em 2018), incidentes sobre o valor recebido de R\$ 10.065, retido em uma conta escrow que será tributado à medida que os recursos forem disponibilizados.

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Constituição / realização	Saldo em 30 de junho de 2019
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	28.295	(540)	27.755
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	823	3	826
Provisão para outros valores e bens imóveis	2.508	-	2.508
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	9.153	(1.062)	8.091
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	5.539	(1.682)	3.857
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	227	(143)	84
Provisão para contingências fiscais	1.590	81	1.671
Provisão para contingências trabalhistas	704	255	959
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.530	1.057	3.587
Outros	8	-	8
Total	<u>51.377</u>	<u>(2.031)</u>	<u>49.346</u>
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(15.724)	149	(15.575)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(106)	(134)	(240)
Outros impostos diferidos (escrow)	(4.998)	504	(4.494)
Saldo de obrigações diferidas	<u>(20.828)</u>	<u>519</u>	<u>(20.309)</u>

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Constituição / realização	Saldo em 30 de junho de 2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25.944	4.983	30.927
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	4.602	153	4.755
Provisão para outros valores e bens imóveis	3.407	-	3.407
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	17.256	(11.141)	6.115
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.017	2.239	6.256
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	880	(876)	4
Provisão para contingências fiscais	1.359	123	1.482
Provisão para contingências trabalhistas	155	(78)	77
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	4.872	(2.358)	2.514
Outros	8	-	8
Total	62.500	(6.955)	55.545
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(22.717)	8.645	(14.072)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.814)	1.021	(793)
Outros impostos diferidos (escrow)	(4.998)	-	(4.998)
Saldo de obrigações diferidas	(29.529)	9.666	(19.863)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Conglomerado:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	(22.263)	(1.351)	(2.664)	(137)	(22.931)	(49.346)
Obrigações diferidas	16.939	1.112	1.129	1.129	-	20.309

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$46.245 e R\$19.102 (R\$51.729 e R\$18.348 em 2018), respectivamente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social do Conglomerado Prudencial, em 30 de junho de 2019 e de 2018, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$400.000.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 07 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 76.272, com consequente cancelamento de 203.849 ações ordinárias nominativas.

Em 30 de junho de 2019, a redução de capital estava em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 02 de abril de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante total de R\$ 3.728, referente ao exercício de 2018.

Em fevereiro de 2019, houve pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 6.350, R\$ 5.398, líquido do imposto retido na fonte de 15%, no valor de R\$ 952.

Em de 2018, houve pagamento de dividendos no montante de R\$ 31.183.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do semestre até o limite definido pela legislação societária. Conforme estatuto social, no semestre findo em 30 de junho de 2019, foram constituídas reserva legal de R\$ 131 (R\$ 299 em 2018) e reserva de lucros de R\$ 2.484 (R\$ 5.678 em 2018)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, foi pago aos Administradores o montante de R\$1.429 (R\$1.408 em 2018), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2019 e de 2018:

	Grau de relação	2019		2018	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	796	-	5.483	-
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	24	-	52	-
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(87)	-	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	(7.236)	(228)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos – New York (nota 14.e)	Ligada	-	-	-	2.284
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota 14.e)	Controladora	(196.834)	(5.161)	(488.284)	(3.426)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações - diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota nº 15.b)	Controladora	(76.272)	-	(2)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino		-	-	-	7
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	-	-	23
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	-	400	-	478

O Conglomerado Prudencial assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez "standby" no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência de um ano, renovado em novembro de 2018, com vigência até 18 de dezembro de 2019.

20. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8% em 01 de janeiro de 2019 (8,625% em 2018).

a) Índice da Basileia

	2019	2018
Risco de crédito – PEPR	46.931	73.788
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	12.751	30.152
Risco Operacional - POPR	12.790	14.084
Patrimônio de referência exigido - PRE	72.472	110.049
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	318.735	452.794
Índice da Basileia (*)	35,18%	34,28%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2019 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,72% (0,59% em 2018).

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, estão assim representadas:

	2019	2018
Comissão de estruturação e assessoria em operações	181	12.024
Rendas garantias prestadas	1.919	3.695
Outras	267	26
Total	<u>2.367</u>	<u>15.745</u>

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 30 de junho de 2019 e de 2018 estão assim representadas:

	2019	2018
Processamento de dados	4.390	4.018
Aluguel	1.836	1.628
Serviços técnicos especializados	1.141	2.246
Depreciação e amortização	339	424
Serviços do sistema financeiro	721	856
Viagens	180	94
Publicações	75	141
Seguros	279	199
Manutenção e conservação de bens	144	138
Comunicação	334	333
Vigilância e segurança	192	184
Serviço de terceiros	195	102
Transportes	39	39
Água, energia e gás	86	80
Outras	469	658
Total	<u>10.420</u>	<u>11.140</u>

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 30 de junho de 2019 e de 2018 estão representadas por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	1.200	1.994
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	22	602
Despesas de contribuição ao PIS	195	325
Atualização monetária	-	321
Outras	134	183
Total	<u>1.551</u>	<u>3.425</u>

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de encargos e despesas	441	137
Variação monetária ativa	125	142
Atualização de depósitos judiciais	71	-
Encerramento de contas	107	-
Reversão de provisões trabalhistas (nota nº 16.b)	-	1.006
Reversão da desvalorização de títulos livres-debêntures	-	67
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	12	-
Outros	17	17
Total	<u>773</u>	<u>1.369</u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Processos fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 16.b)	(1.134)	(434)
Provisão sobre comissão de fiança	(128)	-
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(19)	(339)
Multas e juros	-	(8)
Outras despesas	(99)	(36)
Total	<u>(1.380)</u>	<u>(817)</u>
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(607)</u>	<u>552</u>

25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota explicativa nº 15.b)	197.829	316.084

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o montante de contribuição é de R\$50 (R\$127 em 2018) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$8.200 em 2017). E o período de cobertura se estende até julho de 2019. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano.

d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possuía essa modalidade de acordo.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 23 de julho de 2019, o Banco Central do Brasil – BACEN homologou a redução de capital, no montante de R\$ 76.272. A partir desta data, o capital social passou a ser de R\$ 323.728, representado por 869.321 ações ordinárias nominativas.